



**Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro**  
Comarca de São Gonçalo  
**Juízo de Direito da 4ª Vara Cível do Foro Regional de Alcântara**

**ORDEM DE SERVIÇO nº 01/2024**

**O JUIZ DE DIREITO TITULAR DA QUARTA VARA CÍVEL REGIONAL DE ALCÂNTARA, COMARCA DE SÃO GONÇALO**, Dr. Carlos Eduardo Iglesias Diniz, no uso de suas atribuições legais;

**CONSIDERANDO** a necessidade de se aperfeiçoar os serviços e a rotina de trabalho a fim de que seja alcançada a missão de resolver os conflitos em tempo adequado a sua natureza;

**CONSIDERANDO** que a racionalização do processamento contribui significativamente para a celeridade na tramitação dos processos, possibilitando a prestação jurisdicional em tempo razoável, atendendo à norma do inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição da República;

**CONSIDERANDO** a existência de previsão legal para a prática de atos ordinatórios pelos servidores, nos termos do art. 152, VI, e § 1º, do Código de Processo Civil;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Todas as petições, laudos e demais peças processuais (ofícios, precatórias, quesitos, rol de testemunhas, peças técnicas etc.) serão juntados aos autos do processo eletrônico, independentemente de despacho judicial, no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 2º. Promovida a juntada das petições e documentos de que trata o art. 1º desta Ordem de Serviço, e após certificada a tempestividade do ato, quando for o caso, havendo necessidade de decisão judicial, o Chefe de Serventia fará a imediata conclusão dos autos para aquele fim, salvo no que se refere aos atos relacionados no artigo seguinte.

Art. 3º. Os atos a seguir mencionados deverão ser realizados pelo servidor, sob pessoal e direta responsabilidade do Chefe de Serventia ou de seu substituto legal, independentemente de despacho judicial:

I - retirada de precatórias, mandados de pagamento, alvarás, títulos de propriedade, ofícios, guias de depósito e outros documentos, por advogados ou estagiários de direito regularmente constituídos;

II - encaminhar os autos aos fiscais atuantes no feito (Ministério Público, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, representantes da União) e às Serventias auxiliares do Juízo (avaliador, contador, tutor), quando o procedimento assim o exigir;

III - intimar os interessados, via Diário Oficial Eletrônico ou por meio eletrônico (art. 270 do Código de Processo Civil), acerca dos pedidos de alvará, levantamento de importâncias, laudo pericial e juntada de documentos;

IV - pedidos de desarquivamento e vista de processo pelo prazo de 5 (cinco) dias, formulados por advogados constituídos por qualquer das partes, com o correto recolhimento das custas devidas ou se a parte for beneficiária de gratuidade de justiça, arquivando-se os autos, em seguida, se nada for requerido em 10 (dez) dias;

V - intimar as partes, pelo Diário da Justiça Eletrônico, ou por meio digital, para recolhimento de taxa judiciária, custas e diligências requeridas, e eventuais complementos, assim como, se for o caso, para providenciar cópias para instrução do ato processual a ser realizado. No caso das custas e taxa, deverá especificar o valor faltante em cada rubrica, observados os processos referentes à justiça gratuita;

VI - intimar as partes e testemunhas, quando deferida a prova e tiverem sido arroladas tempestivamente;

VII - promover a intimação pessoal, preferencialmente por via eletrônica, do Perito e dos Auxiliares do Juízo, para a entrega de laudos e mandados não devolvidos no prazo legal ou fixado, certificando-se;

VIII - intimar eletronicamente o perito, sobre impugnações ao laudo ou à proposta de honorários;

IX - desentranhar mandados e/ou aditamentos quando já houver decisão para prática do ato;

X - renovar diligências de citação e/ou intimação da parte ou testemunha, quando for fornecido endereço atualizado, expedindo-se ato eletrônico, postal, mandado e/ou carta precatória, conforme o caso;

XI - providenciar a notificação da parte para constituir novo patrono em 10 (dez) dias, quando for noticiado nos autos ou no sistema informatizado o impedimento ou morte do respectivo procurador e não houver outorga de poderes a outro profissional;

XII - atender pedido de juntada de procuração e substabelecimento, através de petição, anotando-se na autuação e no cadastro do sistema o nome do novo advogado, se o caso assim o exigir;

XIII - tendo a parte mais de um patrono constituído nos autos, e havendo requerimento de que as publicações sejam efetivadas em nome de um (ou alguns) dos patronos, cadastrar em local adequado essa informação, objetivando que as publicações sejam realizadas com observância desses dados, haja vista que o seu desatendimento implicará nulidade;

XIV - intimar, via Diário Oficial Eletrônico, ou por meio eletrônico (art. 270 do Código de Processo Civil), as partes acerca das exigências formuladas pelos fiscais atuantes no feito;

XV - autuar petições iniciais dos seguintes incidentes e demandas por dependência: oposição (art. 685, CPC); e embargos de terceiro (art. 676, CPC). Deverá ser certificada a respectiva tempestividade, se for o caso, bem como o correto recolhimento das custas (ou

a existência de pedido de gratuidade de justiça), apensando-os, em seguida, aos autos principais no sistema informatizado adotado, ou informando a impossibilidade de fazê-lo;

XVI - realizar as cabíveis anotações no sistema informatizado do processo eletrônico a notícia da atuação do Ministério Público, Defensoria Pública, Defensoria Pública tabelar, Curador Especial e Tutor.

XVII - dar vista à parte contrária quando da juntada de novos documentos (art. 437, § 1º, do Código de Processo Civil);

XVIII - nos processos de conhecimento pelo rito comum, sempre que for proposta reconvenção, a parte autora deverá ser intimada, na pessoa de seu advogado, via publicação no Diário Oficial Eletrônico, ou por meio eletrônico (artigo 270 do Código de Processo Civil) para apresentar resposta, na forma do artigo 343, § 1º, do Código de Processo Civil;

XIX - cobrar a devolução de carta precatória, a resposta de ofícios e a entrega de laudos periciais;

XX - intimar a parte autora, pessoalmente e também por meio de seu patrono, para promover o andamento do feito, em cinco dias, sob pena de extinção do processo, na forma do art. 485, § 1º, do Código de Processo Civil;

XXI - intimar as partes e/ou interessados a se manifestar sobre fato do processo;

XXII - certificada a tempestividade dos embargos de declaração, intimar a parte contrária, na forma do art. 1.023, § 2º, do Código de Processo Civil;

XXIII - intimar as partes e/ou interessados para cumprimento do v. Acórdão e, não havendo manifestação em 30 (trinta) dias, proceder à baixa e arquivamento do feito;

XXIV - em se tratando de processo em que o pedido inicial tenha se limitado à tutela provisória de caráter antecedente, e houver sido deferida a tutela pelo Juízo, deverá ser certificado se a parte autora aditou a inicial, no prazo legal ou judicial, na forma do art. 303, § 1º, I, do Código de Processo Civil, e

XXV – expedir:

a) ofício eletrônico para conhecimento de saldo, sempre que houver pedido de levantamento de quantias depositadas judicialmente, com assinatura do Juiz;

b) títulos de propriedade, cartas de sentença, alvarás e mandados de levantamento em cumprimento à sentença que homologar ou julgar a partilha e/ou adjudicação, somente após a entrega das cópias que se fizerem necessárias a sua feitura e ao recolhimento das custas judiciais incidentes sobre as autenticações que se fizerem necessárias, e dos mandados e alvarás excedentes a quatro, sempre lançando a notícia no terminal de informática para ciência dos interessados;

c) reiteração de ofícios não respondidos no prazo de 30 (trinta) dias, desde que não tenham outro prazo assinalado;

d) respostas a ofícios solicitando cópias de processos, informações de carta precatória e informações sobre a fase processual atual, e

e) ofício de registro de penhora, com assinatura do juiz.

Art. 4º. Em caso de ocorrência não elencada no artigo anterior, deve o servidor, antes de submeter o procedimento à conclusão, observar as rotinas constantes do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 5º. Constará sempre dos atos praticados pelo servidor, sua identificação, com a informação do número de matrícula, bem como com a respectiva autenticação eletrônica, se o sistema assim o exigir, e, ainda, a referência a esta Ordem de Serviço.

Art. 6º. Nas certidões das publicações dos atos que independem de despacho judicial deverá constar a identificação do servidor responsável pelo ato ordinatório publicado.

Art. 7º. A presente Ordem de Serviço deverá ser encaminhada à Diretoria-Geral de Fiscalização e Assessoramento Judicial, na forma do art. 2º, § 4º, do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça, e entrará em vigor após sua aprovação pela egrégia Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, nos termos do § 3º, do art. 2º, do mesmo diploma legal.

Art. 8º. Publique-se, registre-se e cumpra-se para conhecimento geral.

São Gonçalo, 01 de novembro de 2024.

**CARLOS EDUARDO IGLESIAS DINIZ**  
Juiz de Direito